

LEAL, S., GOULART, M., CAMPELLO, F. (2024), Introdução ao dossiê: “Emoções, política e mobilizações coletivas”. *Análise Social*, 253, LIX (4.º), pp. 2-14 DOI: <https://doi.org/10.31447/2023244>.

Sayonara Leal » sayoleal@gmail.com » Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília – UnB » UnB — CEP 70297-400, Brasília, DF, Brasil » <https://orcid.org/0000-0001-9369-1960>.

Mayra Goulart » mayragoulart@gmail.com » Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro » Largo São Francisco de Paula, 1, Centro — CEP 23897000, Rio de Janeiro, RJ, Brasil » <https://orcid.org/0000-0002-6955-1586>.

Filipe Campello » filipebcampello@gmail.com » Centro de Ética e Filosofia Política, Universidade Federal de Pernambuco » Av. Prof. Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária — CEP 50670-901, Recife, PE, Brasil » <https://orcid.org/0000-0003-1954-0421>.

SAYONARA LEAL
MAYRA GOULART
FILIPE CAMPELLO

Emoções, política e mobilizações coletivas

Tem sido um desafio teórico e metodológico para os cientistas sociais a investigação das emoções como um tópico específico e promissor para o entendimento da política na qualidade de fenómeno social ordinário, presente nas nossas relações quotidianas e como vetor de movimentos sociais ou prática de negociações no âmbito estatal. Ao mesmo tempo, assistimos ao crescimento do interesse por parte de pesquisadores das ciências humanas em relação às teorias das emoções para tratar de fenómenos políticos na contemporaneidade. É notável a proliferação de publicações em países democráticos que analisam os afetos como gatilhos de processos de mobilizações sociais, com enfoque especial em configurações emocionais coletivas (Emirbayer e Goldberg 2005; Quéré, 2012, 2021; Cefai, 2009; Cefai e Terzi, 2012, Traïni, 2009, 2015; Traïni e Blondiaux, 2018; Traïni, Avanza e Decchézelles, 2018).

Como afirma um dos textos deste dossiê “não há atividade que mobilize afetos de forma tão intensa quanto a política” (Messenberg e Camargos). Isto deve-se, em grande parte, ao facto de a política ser, fundamentalmente, uma “partilha do sensível” (Rancière, 2000), portadora de mensagens com potencial para provocar engajamento, mas, também, repulsa, influenciando uma gama de emoções como a esperança, o medo, o ressentimento em relação a objetivos, instituições e atores sociais com visibilidade na esfera pública. As emoções estão no centro dos processos políticos e, nas democracias, as mensagens afetivas interpelam as ações do “cidadão sentimental” (Marcus, 2008), participando ativamente, de diferentes formas, na sua socialização política (Mariot, 2020). Mas, apesar disso, durante muito tempo, elas foram consideradas, por parte das ciências sociais, como irracionais, singulares, incertas e, até mesmo, indescritíveis para os investigadores (Ballet, 2016).

O interesse em discutir o acionamento e a racionalidade dos afetos para compreender práticas sociais dialoga, hoje, com a onda de movimentos e

ativismos políticos de carácter tanto progressista como ultraconservador potenciados, em grande parte, pela disseminação das *media* sociais digitais, que funcionam eficazmente como dispositivos de sensibilização e afetação.

O sentido ambivalente dos afetos na política alerta-nos para sentimentos como a indignação, a esperança e a alegria, associados a mudanças sociais vanguardistas e reformadoras, como também para sentimentos de ódio, ressentimento ou raiva, que ensejam reações de grupos insatisfeitos com a perda de *status*, privilégio e distinção social, comprometendo o avanço da sociedade para formas mais justas de reconhecimento. Mas, as emoções ou afetos “tristes” como no diálogo de Messenberg e Camargos com Espinosa, são também paradoxais por promoverem tanto agitações progressistas como reacionárias em relação à modernização dos costumes. Nos dois casos, o componente afetivo da receção dos acontecimentos está vinculado ao facto de que “o modo do acontecimento é o problemático” (Quéré, 2021).

Quéré distingue dois modos de existência de um evento: como um evento bruto e como um objeto de julgamento. Na passagem de um para o outro, o componente afetivo transforma-se. Torna-se, também, intrigante examinar os acontecimentos públicos, ou seja, os acontecimentos que nos são reportados pelos meios de comunicação e as emoções públicas e coletivas que estes suscitam, como aponta Bolstanki (1993), ao tratar do “sofrimento à distância” provocado pela mediação das mazelas humanas pelas *media* de radiodifusão podendo causar na audiência piedade, revolta, repúdio e desprezo. Indaga-se: qual é a natureza disso? Como explicar que são compartilhados? A esse respeito, é importante problematizar como é que as emoções são vividas por pessoas que não se conhecem e que não se encontram. Como postula Quéré (2021), a partir de Durkheim, uma emoção pública “é a de todos, sem ser a de ninguém em particular”. Trata-se, sobretudo, de pensar as emoções como operadores de ações individuais e coletivas.

Apesar do interesse inegável dos cientistas sociais pelo estudo das mobilizações coletivas a partir da gramática dos afetos, as abordagens das emoções variam entre diferentes enfoques. Algumas abordagens seguem perspectivas biologizadas de cunho evolucionista, como em Darwin (2000, [1872]), enquanto outras seguem uma linha teórica biológico-culturalista (Dewey, 1894), filosófico-crítica, como em Axel Honneth na sua “virada afetiva”, no sentido de entender o sofrimento social expresso em experiências negativas de injustiças sociais e outras, ainda, uma visão socioantropológica, como em Marcel Mauss que, no seu ensaio sobre “a expressão obrigatória dos sentimentos”, instrui-nos a pensar as emoções como factos sociais totais (Mauss, 2001). Os gestos emotivos são marcas de ritos sociais que fazem parte do amplo leque das experiências sociais, e que servem como educação sentimental dos envolvidos,

podendo corresponder ao desenvolvimento da estrutura de emoções, do patamar de embaraços e dos costumes, como aprendemos a partir da obra *O Processo Civilizacional*, de Norbert Elias. Assim, sabemos, desde Mauss e de outros, que os sentimentos humanos não são inteiramente espontâneos, pois, na sua variedade, têm história e os seus significados têm origem geocultural. A alegria, a dor, o desgosto, o ódio, o ressentimento e a indignação são fenómenos que veiculam registos tanto do social quanto do fisiológico, do psicológico, da moral e dos costumes.

Trata-se de expor o problema das antinomias ontológicas e epistemológicas constitutivas dos estudos sociais das emoções, mas observando que registos ontológicos distintos podem ser complementares. De um lado, temos, nas ciências sociais, interesse pelas emoções racionalizadas em rotinas de interações sociais e referenciadas em situações de interação, e também pelas emoções abordadas a partir da intensidade que resulta do trabalho estético e performativo do seu potencial de mobilização social (aqui, as emoções têm as suas razões e só podem ser consultadas na pesquisa social a partir dos seus signos “sensíveis”, como as expressões corporais e verbais).

As duas orientações citadas acima para o entendimento das ações sociais através da linguagem dos afetos são emblemáticas na consolidação da sociologia das emoções. Contudo, como lembra, apropriadamente, Jean-Louis Genard (2020), o interesse da sociologia pelas emoções não é novo. Tocqueville, por exemplo, fala da emergência da piedade como uma condição de um “regime democrático”. A partir da matriz weberiana, notabiliza-se no campo sociológico o tema da racionalização do mundo que influenciará os estudos sobre o controlo das pulsões afetivas em Norbert Elias que serviram para explicar como a educação emocional se alinha com o processo civilizacional. Podemos evocar também as investigações interessadas na racionalização que acompanha o avanço da modernização e do capitalismo em diálogo com as transformações das relações amorosas, como vemos em Eva Illouz. Já em Goffman, encontramos a questão das interações regidas por registos percetivos sensíveis sobre a situação da ação. Bourdieu oferece um olhar atento ao processo de incorporação das estruturas sociais, incidindo sobre a *hexis corporal*, o *habitus*. Na perspetiva bourdieusiana, a atividade emocional é pensada segundo valores e configurações sociais rotinizadas, traduzidas no corpo social e individual – o *habitus* figura como gatilho de coordenação da ação. Ou seja, uma dimensão referencial-intencional da ação, no trânsito entre graus diferenciados do processo emocional, indo do reativo hipodérmico ao refletido.

Podemos ainda lembrar a abordagem durkheimiana da psicologia das massas, cujo foco está na intensidade que transcende o próprio corpo, tal como na análise dos fascismos e dos extremismos políticos, na primeira metade do

século xx. Estes temas são também centrais no enfoque freudo-marxista-weberiano dos teóricos críticos de Frankfurt que influenciam reflexões como as de Löwenthal, Guterman (2019), relacionando fascismo, autoritarismo e emoções sob o signo da indústria cultural como fenómeno de massas. Essas duas últimas abordagens dos afetos que contemplam a intensidade das ações coletivas, menos focadas no seu carácter convencional e mais centradas na questão sobre o que as emoções fazem a partir de acionamentos de recursos psicológicos, ainda dialogam com os estudos dos movimentos de massas de teóricos como Gustave Le Bon e Ortega y Gasset.

A abordagem psicossocial das massas influencia hoje trabalhos como o livro de Pierre Livet, *Emoções e Racionalidade Moral*. Aqui as emoções são vistas como reveladoras de comportamentos que nutrem situações e eventos sociais. Livet afirma que diferenciais de intensidade emocional e o seu recrudescimento comunicativamente veiculado de forma expressiva e performativa dão o tom da mobilização como efeito reativo, correspondendo a uma comunidade estética. Trata-se da ontologia das emoções, que envolve significação, cognição, assim como provação corporal e sensibilidade. Genard (2020) chama a atenção para o enfoque da semiótica das emoções (signos e significações), atentando aos afetos inscritos no corpo (medo, tristeza, horror) e a emoções mais abstratas como a indignação, envolvendo um percurso semiótico que vai do sensível à moral.

Nas diferentes abordagens, o exercício hermenêutico de dar conta da dimensão afetiva das ações sociais individuais e coletivas comporta sempre o risco da perda da inteligibilidade fenomenológica do objeto. Isto porque as emoções, quando se exprimem, aparecem como julgamentos nos quais a dimensão performativa pode ser tornada dominante, inviabilizando a dimensão referencial que convocaria a significação. A emoção pode ser concebida como um operador que modifica todos os conteúdos, sendo apreendida muito mais pela sua performatividade, pois quando eu “exprimo a minha cólera para além das razões que a motivam, foco a minha expressividade sobre a sua dimensão performativa... E se a performo, é porque as suas significações sociais foram phatemisadas”, ou seja, afetivizadas – sentimento que se coletivizou. Para Parret, citado por Genard (2020), importa a intensidade emocional e a sua performatividade que atribuem sentido a uma emoção. No entanto, é preciso considerar que “há certamente na emoção uma dimensão avaliativa [évaluative]”.

A emoção refere-se a um determinado valor numa tal situação, de modo que se pode observar a intensidade da adesão a esse valor e como, a partir disso, as emoções se semantizam e se exprimem em espaços interacionais onde a sua dimensão cognitiva se exhibe. Um percurso complementar é apreender a

intencionalidade das emoções, o que permitiria falar de uma racionalidade afetiva (Deonna e Teroni, 2012), inclusive nos termos do “trabalho das emoções”, enfatizado por Emirbayer (2005) e Quéré (2012) ao tratarem do fenômeno das mobilizações coletivas.

Apesar de não fazermos aqui um exercício exaustivo de revisão bibliográfica acerca dos afetos na política, entendemos que os diferentes caminhos teórico-metodológicos que balizam os estudos das emoções na perspectiva do agir político se deparam com o desafio de seguir a experiência no ser afetado dos sentimentos morais e a sua racionalidade como gatilhos de condutas, comportamentos, adesões a mobilizações coletivas que podem operar no sentido das paixões tristes ou de emoções promissoras para o convívio democrático.

Este dossiê surgiu de discussões tidas no âmbito de uma mesa redonda, intitulada “Política, emoções e conservadorismo no Brasil”, durante o Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), em 2021. Os debates travados nessa ocasião intensificaram as reflexões em torno do trinómio emoções, política e mobilizações coletivas, a partir de enfoques que conjugaram perspectivas da sociologia, da ciência política e da filosofia social. Neste sentido, organizámos um projeto editorial temático com trabalhos que contemplam a dimensão afetiva de dois grupos de fenómenos políticos conexos traduzidos em ações coletivas: 1) o recrudescimento de manifestações ideológicas de grupos conservadores alinhados com o fenómeno do autoritarismo, que têm culminado na ascensão ao poder da direita radicalizada e 2) agenciamentos de mecanismos morais e afetivos que sustentam mobilizações coletivas organizadas em função de críticas dirigidas ao capitalismo, seja assentes nos efeitos da globalização ou nas mudanças climáticas.

Interrogamo-nos, assim, sobre:

- a) a subjetividade ativa que nutre e organiza afetivamente os grupos sociais identificados popularmente com o que se denomina de ultradireita, entendida como expressão privilegiada do radicalismo de direita na política, que, no caso brasileiro mais recente, se designa por “bolsonarismo raiz”;
- b) a forma como a ultradireita encontra nexos teórico-empírico na dissolução dos vínculos normativos e regulatórios que conectam a vida social ao mundo público, abrindo-se um cenário de liberdade natural, de defesa da espontaneidade e dos instintos e pulsões animais que compromete os nossos ganhos civilizacionais;
- c) o tratamento das emoções coletivas, enfatizando o seu papel na política como uma experiência pública, tendo em consideração a proliferação de movimentos autoritários de natureza populista em vários

países, especialmente na América do Norte e do Sul. A exacerbação de emoções hostis nas ações e discursos de agitadores que proferem palavras fascistas em vários espaços da esfera pública leva-nos a falar sobre “paixões tristes”;

- d) o modo como as mobilizações coletivas se baseiam em ambivalências dos afetos na política e o investimento afetivo em formas jurídicas de contestação em defesa do bem-comum (no caso de protestos em favor da preservação ambiental, por exemplo).

Reunimos quatro artigos inéditos, além desta apresentação, os quais partem de diferentes matrizes teóricas, algumas já mencionadas, acerca das emoções associadas aos fenômenos políticos contemporâneos.

Renato Lessa adota uma perspectiva hobbesiana na sua análise sobre o enigma do “bolsonarismo”, relacionando-o com movimentos de retorno ao estado de natureza, ao estado de todos contra todos, com implicações para a ordem social e para os vínculos sociais que a mantêm, inclusive comprometendo regimes de solidariedade, promovendo a desregulamentação de relações sociais e laborais. Apesar de se referir, empiricamente, à cena política brasileira contemporânea, o texto de Lessa utiliza a metáfora da destruição, em geral, para examinar os processos políticos extremos. Ao fazê-lo, toma como premissa a perspectiva da destruição como força de reconfiguração de fundamentos da sociabilidade não violenta. Trata-se de tomar a linguagem da destruição, aqui tributária de uma “fenomenologia do caos”, não tanto pelos valores que veicula, mas pela robustez e passagem ao ato que a acompanha. A personificação de tal modo de conduta configurou o *Homo Bolsonaro*, tipo antropológico apoiado no modelo de agência humana plenamente adaptado à obra da destruição.

Débora Messenberg e Bruno Camargos interessam-se pela perspectiva psicanalítica, de forte influência freudiana, sob a lente de teóricos críticos de Frankfurt, para lidar com o fenômeno do “bolsonarismo” enquanto movimento social, explicado a partir de afetos como o ressentimento. Este seria capaz de moldar subjetividades no sentido do engajamento em ativismos reacionários de cunho ultraconservador, em que a “diferença” é tratada com hostilidade e truculência pelos “propagandistas do caos” em redes sociais bolsonaristas.

Os textos de Lessa e de Messenberg e Camargos oferecem-nos instrumentos para a compreensão do conjunto de afetos que constitui o que aqui entendemos como bolsonarismo. No primeiro texto, somos chamados a refletir sobre os limites dessa terminologia e sobre o esforço da utilização de conceitos como registos lógicos criados com a função cognitiva de explicar um determinado fenômeno por meio da associação entre causas e consequências. Segundo o

autor, tais limitações radicariam, sobretudo, no carácter negativo do objeto escolhido enquanto totalidade impossível que abarca sujeitos, afetos, discursos e *performances* governativas. Tanto Lessa como Messenberg e Camargos, ademais, alertam-nos para os limites de outros conceitos também utilizados para nomear fenómenos com alto potencial negativo, como o fascismo.

Em diálogo com uma literatura voltada para este desafio heurístico (Blumenberg, 1996; Levi, 1988; Delbo, 2021; Antelme, 2003; *Apud* Lessa, pp. 7 e 8) e atendendo aos anseios inerentes de nomear e explicar fenómenos que não se apresentam sob esse registo cognitivo, o texto de Renato Lessa explora a dimensão epistémica, propondo um quadro metafórico que abriga os registos recolhidos, sem pretensão de conceptualizar positivamente o bolsonarismo como totalidade. Nesse sentido, a metáfora funciona como registo cognitivo no qual usamos um termo ou expressão para fazer referência a um atributo ou conjunto de atributos de determinado objeto/fenómeno, através da comparação com um outro objeto/fenómeno que possua esse atributo ou conjunto de atributos. Ao ressaltar que não há uma pressuposição de totalidade nesse registo, Lessa qualifica a mobilização de alguns conceitos como fascismo e autoritarismo (ou personalidade autoritária) utilizados por ele e por outros autores, como Messenberg e Camargo, para tratar do bolsonarismo, compreendendo-os não como regimes, mas sim como um conjunto não sistemático de atributos que podem estar presentes em diferentes regimes.

O texto de Messenberg e Camargos, por sua vez, oferece ao leitor uma forma de acesso a algumas componentes que constituem o universo mental que ampara e dá sentido ao bolsonarismo. O que é feito a partir do resgate do que os autores denominam como “propaganda fascista”, cujo objetivo é fomentar e dirigir a *personalidade autoritária* existente na sociedade. Esse é o sentido da pesquisa realizada nos perfis de influenciadores digitais identificados como “bolsonaristas-raiz”. Estes atores foram escolhidos por serem capazes de fomentar a cumplicidade emocional entre diferentes sujeitos sociais, funcionando como um conector “entre a psique individual e o mundo social” e desempenhando um papel de agitadores políticos durante o período eleitoral.

Esses afetos já estavam presentes no tecido social, como Lessa nos alerta, fazendo parte de uma “tradição autoritária brasileira” que, no plano político, nutre desrespeito pela institucionalidade, pelo devido processo legal e pela divisão de poderes. No plano social, é a ideia de igualdade que, ou é deformada para se transformar em homogeneização totalizante refratária a minorias, ou é rejeitada por ser alheia à distribuição natural e desigual do poder, remetendo para a categoria de Faoro (1975), recuperada pelo autor. O que chamamos de bolsonarismo, pode, então, ser entendido como uma reorganização sintética que atualiza esses conteúdos discursivos elitistas, racistas e misóginos,

conformadores da nossa cultura patriarcal. Através dessa nova síntese, recuperando a terminologia hegeliana com as devidas escusas acerca da sua transposição para um contexto adverso, tais afetos abandonam o plano da imanência e adquirem graus de transcendência, permitindo que os sujeitos, antes limitados a manifestá-los *em si*, o façam *para si*, ou seja, com a devida percepção subjetiva por parte daqueles que assim pensam sobre o seu próprio pensamento.

Nessa dinâmica, o papel do líder e do seu grupo de agitadores é fundamental. Seguindo a leitura que Messenberg e Camargos fazem de Lowenthal e Guterman (2019), o papel do líder é ativar afetos e emoções, explorando “o mal-estar que permeia a audiência” e, sem explicitar as suas causas materiais, indicar um inimigo a ser responsabilizado. Dessa forma, sujeitos sociais em condições subjetivas e objetivas marcadas pela diversidade podem reunir-se apenas num sujeito político, através da percepção de que são ameaçados por um mesmo inimigo. Ao facultar o acesso a esses perfis, os autores possibilitam-nos um exercício de alteridade voltado para a compreensão daquilo que, até então, nos limitamos a rejeitar ou, no máximo, adjetivar.

Louis Quéré trata das emoções coletivas vistas como experiências públicas, canalizadas pelas “paixões tristes”, em toda a sua ambivalência, enfatizando a ascensão do populismo autoritário em várias partes do mundo.

O seu artigo aborda o tema das emoções na política, em torno da questão: como garantir que as chamadas emoções “tristes” não sejam “demoníacas para a democracia”? Ou ainda: como escapar à clássica oposição entre razão e emoção na vida política? Neste sentido, Quéré oferece uma perspectiva promissora para pensar as emoções coletivas e os seus modos de operação, realçando a importância dos afetos em boa parte dos fenômenos coletivos e, nomeadamente, nas mobilizações sociais. Neste sentido, o interesse do autor é tratar as emoções coletivas a partir de uma fonte fundamental, qual seja, a necessidade de compreender o seu papel nos movimentos sociais e políticos, ou ainda o seu lugar naquilo que denominou de “experiência pública”. Este enfoque encontra ressonância na proliferação do fenômeno das “paixões tristes” com a ascensão de movimentos autoritários de natureza populista em vários países. A cólera, a indignação, o medo, a raiva, o desgosto, o ressentimento e o desejo de vingança podem tornar-se, enquanto emoções coletivas, “demónios emocionais da política”. No entanto, Quéré afirma que essas paixões que se formam numa “bacia efervescente de emoções”, em termos deweyanos, não são apenas destrutivas, mas podem ser, também, criativas, sendo necessário compreender as razões da sua ambivalência. Nesse sentido, o sociólogo francês enfatiza que a ascensão dos populismos pelo mundo reativa a oposição clássica entre razão e emoção. A partir da antropologia filosófica pragmatista norte-americana de John Dewey, Quéré refuta essa dicotomia porque não seria promissora para

compreender a complexidade do fenômeno moral das mobilizações onde se manifestam indissociavelmente “emoções quentes” e “inteligência fria”. Para o autor, o pensamento, a reflexão e a investigação social transformam a experiência imediata, de natureza afetiva, da qualidade problemática de uma situação, substituindo o simples ter por um perceber e um conhecer, sendo que esta transformação vai de par com aquela das emoções.

A importante contribuição deste autor para este dossiê diz respeito à desconstrução do dualismo falacioso entre razão e emoção, que prejudica o pensamento sobre as ações coletivas e o modo de fazer política em geral. Neste sentido, Quéré, inspirado no pragmatismo clássico norte-americano, em especial, em John Dewey e William James, postula a cooperação entre o racional e o emocional, removendo do primeiro o seu estatuto de entidade transcendente, hegemônica, dotada de poder próprio, deixando de conceber as emoções como fenômenos simples e exclusivamente internos (físicos e psicológicos). O autor defende que não se trata da expressão dos afetos como uma externalização de estados completos em si mesmos. Para isso, o sociólogo francês reviu modelos interpretativos, habitualmente utilizados pela psicologia, sociologia e ciência política, que sustentam dualismos, introduzidos pela tradição filosófica e teológica ocidental.

Por um lado, não há ação ou cognição sem emoção, e não há emoção sem ação ou cognição (Quéré, 2021) e, por outro, não se pode desprezar a natureza paradoxal das emoções, uma vez que se trata também de fenômenos orgânicos e impulsivos. No entanto, descargas afetivas podem ser objeto de um trabalho de canalização dessa energia pulsional em direção a uma causa, atividade ou ação. Mas, a passagem de uma explosão afetiva para um ato pensado prescinde não exatamente da razão, mas de impulsos emocionais contrários. Nisso consiste a possibilidade de reversibilidade das “emoções tristes” em favor da formação de hábitos e disposições emocionais sintonizados com a democracia como modo de vida, pois esses são suscetíveis de ser aprendidos a partir de uma pedagogia da contenção de pulsões não civilizadas. Somente pela educação sentimental animada pelo *ethos* democrático é que certas emoções deixariam de ser empecilhos para a política progressista.

No esteio dos protestos coletivos e seus registros afetivos mobilizadores, Christophe Traïni discute as emoções manifestadas numa ação coletiva operada por públicos insatisfeitos em relação à inação de atores governamentais em França a respeito de políticas de preservação ambiental, não obstante a natureza dever ser pensada como bem comum global. Neste artigo, Traïni destaca o número crescente de atores da sociedade civil que têm investido em formas jurídicas de contestação, levando a uma proliferação de ações judiciais movidas contra Estados, comunidades locais ou grandes empresas, para os

responsabilizar pela ambição insuficiente em relação às suas políticas climáticas. A insatisfação desses ativistas gera mobilizações em torno de riscos, dando visibilidade a causas ecológicas emergentes e às suas consequências, permitindo o engendramento de repertórios de formas de protesto, com importante repercussão das suas críticas no universo da *web*. Isso contribui para enriquecer a análise e a interpretação desses casos, para além dos processos decisórios no seio do poder público central – enfatizando que os encaminhamentos de problemas ambientais no âmbito estatal que não encontraram uma solução aceitável do ponto de vista do escrutínio público, são passíveis de interpelação jurídica operada por um conjunto de protagonistas da sociedade civil. O artigo de Traïni é resultado de uma investigação sobre a operação “L’Affaire du siècle” (“O Caso do Século”), lançada em França, em dezembro de 2018, por quatro organizações ativistas (Greenpeace, Oxfam, Fundação Nicolas Hulot, Notre Affaire à Tous). Esta ação legal contra o Estado francês por inação climática foi acompanhada por uma campanha de mobilização de cidadãos tão expressiva que a petição de apoio ao caso reuniu 2 milhões de signatários, tornando-se a maior operação desse tipo conhecida em França até hoje. Na verdade, este caso de judicialização da luta pelo clima oferece a oportunidade de analisar o modo como as organizações de protesto conseguem articular estreitamente duas formas de coordenação da ação coletiva: por um lado, a prova de emoções (com o objetivo de consciencializar o maior número possível de pessoas acerca da emergência climática) e, por outro lado, a formalização de pareceres periciais (necessários ao cumprimento das normas de procedimento legal). Assim, trata-se de examinar em que medida a mobilização de emoções, longe de se limitar apenas a ações disruptivas e desestabilizadoras, pode estar associada a processos jurídicos altamente codificados.

Por último, destacamos que os textos que compõem este dossiê têm em comum o pressuposto de que as emoções têm uma existência concreta capaz de provocar efeitos reais no mundo que influenciam as nossas experiências, interpelando as nossas reações e ações diante de acontecimentos mundanos. O dualismo emoção-razão é problematizado por pesquisas em ciências sociais que reconhecem que os afetos estão longe de se reduzirem a impulsos irracionais ou reações instintivas, porque são, na verdade, mediações cognitivas e apoios práticos de que nenhuma ação poderia prescindir. A capacidade de sentir contribui para a nossa adaptação ao mundo e ao outro – duas capacidades indispensáveis na sobrevivência biológica e na vida social, que exige de nós aptidão para operar mudanças em escala individual e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLET, M. (2016), “L’appel aux émotions dans les campagnes présidentielles. État de la recherche et approche interdisciplinaire”. *Mots. Les langages du politique*, 112. URL: <http://journals.openedition.org/mots/22434>; DOI: <https://doi.org/10.4000/mots.22434>.
- BOLTANSKI, L. (1993), *La Souffrance à distance: morale humanitaire, médias et politique*, Paris, Éditions Métailié.
- CEFAÏ, D. (2009), “Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva”. *Revista Dilema*, 2 (4), pp. 11-48. <https://www.redalyc.org/pdf/5638/563865527001.pdf>.
- CEFAÏ, D., Terzi, C. (2012), *L’expérience des problèmes publics. Perspectives pragmatistes*, Paris, EHES.
- DARWIN, C. (2000), *A Expressão das Emoções nos Homens e nos Animais*, São Paulo, Companhia das Letras.
- DEONNA, J.A., Teroni, F. (2009), “L’intentionnalité des émotions: du corps aux valeurs”. *Revue européenne des sciences sociales*, XLVII-144. URL: <http://journals.openedition.org/ress/61>; DOI: <https://doi.org/10.4000/ress.61>.
- DEWEY, J. (1894), “The theory of Emotion. (I) Emotional Attitudes.” *Psychological Review*, 1 (6), pp. 553-569.
- EMIRBAYER, M., GOLDBERG, C.A. (2005), “Pragmatism, Bourdieu, and collective emotions in contentious politics”. *Theory and Society*, 34 (5-6), pp. 469-518.
- GENARD, J.L. (2020), “Une sociologie des émotions ‘modo aesthetico’?”. In *Les émotions collectives: En quête d’un ‘objet’ impossible*. Paris, Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociale.
- HALBWACHS, M. (2009), “A Expressão das emoções e a sociedade”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, vol. 8, n. 22, pp. 201-218.
- LESSA, R. (2020), “Homo Bolsonaro”. *Revista Serrote*. São Paulo: Instituto Moreira Salles. <https://www.revistaserrote.com.br/wp-content/uploads/2020/07/serrote-especial-em-quentena.pdf>.
- LÖWENTHAL, L., GUTERMAN, N. (2019) *Les prophètes du mensonge. Étude sur l’agitation fasciste aux États-Unis*, Paris, La Découverte.
- MAUSS, M. (2001) “A Expressão obrigatória dos sentimento”. In *Ensaio de Sociologia*, São Paulo, Editora Perspetiva, pp. 147-153.
- MARCUS, G.E. (2008), *Le citoyen sentimental. Émotions et politique en démocratie*, Paris, Presses de Sciences Po.
- MARIOT, N. (2020), “Fúrias, comunhões e ardor cívico: a vida política das emoções”. In *História das Emoções*, Tomo 3, Rio de Janeiro, Vozes, pp. 101-130.
- QUÉRÉ, L. (2012) “Le travail des émotions dans l’expérience publique: marées vertes en Bretagne”. In D. Cefaï, C. Terzi (eds.), *L’expérience des problèmes publics*, Paris, Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, pp. 135-162. <https://doi.org/10.4000/books.editionsehess.19582>.
- QUÉRÉ, L. (2021), *La fabriques des émotions*, Paris, PUF.
- RANCIÈRE, J. (2020), *Le partage du sensible: esthétique et politique*, Paris, La Fabrique.
- TRAÏNI, C. (2009), *Émotions... mobilisation!*, Paris, Presses de Sciences Po.
- TRAÏNI, C. (2015), *Émotions et expertises. Les modes de coordination des actions collectives*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes.

TRAÏNI, C., Blondiaux, L. (2018), *La démocratie des émotions*. Dispositifs participatifs et gouvernabilité des affects. Paris, Presses de Sciences Po.

TRAÏNI, C., AVANZA, M., DECCHÉZELLES, S. (2018), "L'ethnographie comparée des émotions pour l'étude des processus politiques". *Revue internationale de politique comparée*, 25(3), pp. 7-25.